

RELATÓRIO DE GESTÃO
SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL
CONTAS DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU-ES
EXERCÍCIO DE 2023

O relatório evidencia os resultados alcançados pela Administração Pública Municipal, no exercício de 2023, das contas do Município Itaguaçu-ES – “**CONTAS DE PREFEITO**”, sob o enfoque da análise da situação orçamentária, financeira e patrimonial, com base nas demonstrações contábeis da Administração Direta.

O Orçamento do exercício financeiro de 2023 foi executado em consonância aos dispositivos legais e suas alterações, atendendo:

- Normas e Princípios de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
- Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964;
- Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000;
- Lei Municipal nº. 1.818, de 05 de novembro de 2021 - (Plano Plurianual 2022/2025)
- Lei Municipal nº. 1.873, de 23 de dezembro de 2022 - (Lei de Diretrizes Orçamentárias)
- Lei Municipal nº. 1.874, de 23 de dezembro de 2022 - (Lei Orçamentária Anual)
- Normativas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.
- Normativas da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

1- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1- ORÇAMENTO

O orçamento aprovado para o exercício de 2023, através da Lei Municipal nº. 1.874, de 23 de dezembro de 2022 estimou a receita e fixou a despesa do Município de Itaguaçu-ES, em R\$ 64.000.000,00 .

1.2- RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Detalhamento	Orçada Atualizada	Arrecadada	Diferenças		Variação %
			Para (+)	Para (-)	
Receitas Correntes	67.243.343,98	78.718.362,27	12.475.018,29		99,11
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhorias	3.419.500,00	3.708.655,77	289.155,27		4,61
Receita de Contribuições	1.053.000,00	1.135.243,49	82.243,49		1,41
Receita Patrimonial	1.621.796,65	2.184.602,62	562.805,97		2,72

Receita de Serviços	3.169.882,11	3.050.752,68		119.129,43	3,79
Transferências Correntes	57.723.365,22	69.486.805,80	11.763.440,58		86,39
Outras Receitas Correntes	255.800,00	152.301,91		103.498,09	0,19
(-) Dedução do FUNDEB	7.167.600,00	7.690.976,68		523.376,68	9,56
RCL	60.075.743,98	71.027.385,59	10.951.641,61		88,30
Receitas de Capital	5.128.541,25	8.408.710,74	3.280.169,49		10,45
Operações de Crédito	1.000,00	0,00		1.000,00	0,00
Alienação de Bens	201.200,00	191.600,00		9.600,00	0,24
Transferências de Capital	4.916.341,25	8.217.110,74	3.300.769,49		10,22
Outras Receitas de Capital	10.000,00			10.000,00	0,00
Total	65.204.285,23	80.436.096,33	15.231.811,10		100,00

A Receita Corrente arrecadada, já deduzido o FUNDEB, representou em 88,30% da Receita Total Arrecadada, enquanto a Receita de Capital representou 10,22%. Em relação os valores orçados atualizados a Receita Corrente teve uma superávit de arrecadação de 17,06% e a Receita de Capital teve 63,96%. A receita total arrecadada apresentou um superávit de arrecadação de 23,36%.

1.3 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

RECEITAS CORRENTES	REALIZADA NO EXERCÍCIO	PART. %
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	3.708.655,77	4,65
Receita de Contribuições	1.135.243,49	1,58
Receita Patrimonial	2.184.602,62	3,03
Receita de Serviços	3.050.752,68	4,24
Transferências Correntes	69.486.805,80	96,47
Outras Receitas Correntes	152.301,91	0,21
Sub-Total	79.718.362,27	110,68
Dedução FUNDEB	7.690.976,68	10,68
Total	72.027.385,59	100,00

1.4- COMPARATIVO BIMESTRAL DA ARRECADAÇÃO

Período	Previsão Acumulada	Realizada no Período	Realizada Até o Período	Diferença	Var.%
1º Bimestre	10.666.666,66	13.063.114,74	13.063.114,74	2.396.448,08	22,47
2º Bimestre	21.333.333,33	10.964.091,72	24.027.206,46	2.693.873,13	12,63
3º Bimestre	31.999.999,99	11.650.613,21	35.677.819,67	3.677.819,68	11,49
4º Bimestre	42.666.666,66	10.490.827,98	46.168.647,65	3.501.980,99	8,21
5º Bimestre	53.392.590,30	14.226.543,61	60.395.191,26	7.002.600,96	13,12

6º Bimestre	65.204.285,23	20.040.905,07	80.436.096,33	15.231.811,10	23,36
-------------	---------------	---------------	---------------	---------------	-------

Conforme pode ser observado, a arrecadação bimestral ficou acima da média prevista em todos os bimestres, fechando o exercício com um superávit de arrecadação de R\$ 15.231.811,10, equivalendo a 23,36% em relação à receita atualizada no exercício de 2023.

2- DESPESA ORÇAMENTÁRIA

2.1- CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

Foi aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº. 1.871/20212 abertura de crédito adicional suplementar até o limite de 15,00% da despesa fixada. Face à insuficiência de saldo para atender a demanda das despesas orçamentárias, foi aprovado a Lei Municipal nº. 1.891/2023 alterando o limite para até 45,00% da despesa total fixada para o exercício de 2023.

Os créditos adicionais suplementares foram abertos por Decretos utilizando as fontes de recursos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$	%
Créditos Suplementares – Por Anulação de Dotação	20.069.397,355	53,49
Créditos Suplementares – Superávit Financeiro	13.134.040,62	35,01
Créditos Suplementares – Excesso de Arrecadação	1.204.285,23	3,21
Créditos Suplementares – Recursos de Convênios	1.996.811,40	5,32
Créditos Suplementares – Por Anulação de Dotação de Outra UG	1.115.801,12	2,97
Total	37.520.335,92	100,00

Foram aprovadas outras Leis Municipais visando à abertura de créditos suplementares e especiais para suprir as necessidades em despesas gerais e específicas, conforme segue:

- Lei Municipal nº. 1.891, de 26 de maio de 2023 – abertura de Crédito Adicional Suplementar para reforço de dotação orçamentária - Valor R\$ 669.000,00;
- Lei Municipal nº. 1.897, de 15 de junho de 2023 – autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar até o montante de R\$ 200.000,00, para aquisição de máquinas mais modernas e com mais recursos a serem destinadas para a Associação das Costureiras de Itaqu – ACI;
- Lei Municipal nº.1.901, de 28 de junho de 2023 – abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 1.172.900,00 para aquisição de patrulha mecanizada, sendo (01) uma Retro Escavadeira Hidráulica e 01 (uma) Retroescavadeira para uso da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano para atendimento aos munícipes de Itaguaçu;

- Lei Municipal nº. 1.903, de 11 de julho de 2023, objetivando adequar o orçamento da Câmara Municipal de Itaguaçu, ao limite do duodécimo em relação à Receita Rributária e Transferências Constitucionais arrecadadas no exercício anterior;
- Lei Municipal nº. 1.904, de 12 de julho de 2023 – altera o limite suplementar da Lei Orçamentária Anual nº. 1.874/2022 para 45,00%;
- Lei Municipal nº. 1.916, de 08 de novembro de 2023 – abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 2.561.060,42, objetivando a execução de obras no âmbito do Programa P21 – Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica, hierarquizado através do Edital de Chamamento Público nº. 01/2022;
- Lei Municipal nº. 1.922, de 04 de dezembro de 2023 – abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 5.306,40, objetivando fazer repasse ao Consórcio Público para Tratamento e Destinação Final Adequada de Resíduos Sólidos da Região Doce Oeste do Estado do Espírito Santo – Condoeste.

Os créditos adicionais suplementares abertos no exercício atingiram o montante de R\$ 37.520.335,92. Para fins de apurar o percentual aplicado, conforme dispõe o Artigo 6º § 3º da Lei Orçamentária Anual nº. 1.874/2022 deve ser expurgado os créditos suplementares abertos com recursos de convênios no montante de R\$ 1.996.811,40 e de suplementações realizadas mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de dotação orçamentária para suprir a insuficiência de saldo nas dotações do grupo de pessoal e encargos sociais valor de R\$ 13.392.767,89, conforme evidencia a Listagem de Créditos Adicionais por Elemento de Despesa apurada no sistema contábil.

A suplementação realizada utilizando os recursos vinculados de convênios no valor de R\$ 1.996.811,40 faz referência ao seguinte convênio, conforme segue:

DECRETO	ORIGEM DOS RECURSOS	VALOR (R\$)
057/2022	Execução de Obra de Drenagem e Pavimentação e, Trecho do Rodovia Estadual ES-260 entre o Bairro Lírio do Campo Residencial Cidade Jardim, Convênio nº. 057/2022 concedido pelo Estado do Espírito Santo por intermédio da SEDURB, conforme Contrato nº. 062/2023 de 25/04/2023.	1.996.811,40
TOTAL		1.996.811,40

2.2- DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

<u>Especificação</u>	<u>Dotação Inicial</u>	<u>Dotação Atualizada</u>	<u>Despesas Empenhadas</u>	<u>Despesas Liquidadas</u>	<u>Despesas Pagas</u>
----------------------	------------------------	---------------------------	----------------------------	----------------------------	-----------------------

Despesas Correntes	58.664.430,00	69.644.087,03	67.340.946,13	67.274.965,47	64.495.592,99
Despesas de Capital	4.735.570,00	10.342.828,97	9.489.958,50	9.489.958,50	9.333.347,52
Reserva de Contingência	600.000,00	348.221,25			
Total	64.000.000,00	80.335.137,25	76.830.904,63	76.764.923,97	73.828.940,51

2.3 – DESPESA POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA

<u>Grupo de Natureza da Despesa</u>	<u>Despesa Orçada Atualizada</u>	<u>Despesas Empenhadas</u>	<u>Despesas Liquidadas</u>	<u>Despesas Pagas</u>
Pessoal e Encargos Sociais	35.826.022,49	35.577.170,52	35.524.930,52	34.168.374,32
Juros e Encargos da Dívida	48.000,00	45.223,73	45.223,73	45.223,73
Outras Despesas Correntes	33.770.064,54	31.718.551,88	31.704.811,22	30.281.994,94
Investimentos	9.457.146,04	8.628.982,48	8.628.982,48	8.472.371,50
Amortização da Dívida	885.682,93	860.976,02	860.976,02	860.976,02
Reserva de Contingência	348.221,25	0,00	0,00	0,00
TOTAL	80.335.137,25	76.830.904,63	76.764.923,97	73.828.940,51

2.4 – DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

	<u>Função de Governo</u>	<u>Despesa Orçada Atualizada</u>	<u>Despesas Empenhadas</u>	<u>Despesas Liquidadas</u>	<u>Despesas Pagas</u>
01	Legislativa	3.046.022,37	2.830.049,34	2.777.809,34	2.718.559,34
04	Administração	14.526.973,09	14.291.210,40	14.291.210,40	13.900.372,12
08	Assistência Social	2.577.080,69	2.459.069,70	2.459.069,70	2.299.895,21
10	Saúde	17.632.047,65	16.794.288,03	16.794.288,03	16.175.777,24
12	Educação	21.501.859,94	21.346.483,12	21.346.483,12	20.464.985,74
13	Cultura	1.512.635,95	1.512.635,95	1.512.635,95	970.937,47
15	Urbanismo	8.634.659,41	8.515.508,64	8.515.508,64	8.377.109,10
17	Saneamento	3.692.270,84	3.667.279,55	3.653.538,89	3.653.538,89
20	Agricultura	3.668.261,44	3.291.526,04	3.291.526,04	3.247.751,20
25	Energia	1.471.955,87	456.263,97	456.263,97	373.650,95
26	Transporte	1.343.103,95	1.343.103,95	1.343.103,95	1.343.103,95
27	Desporto e Lazer	380.044,80	323.485,94	323.485,94	303.259,30
99	Reserva de Contingência	348.221,25	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	80.335.137,25	76.830.904,63	76.764.923,97	73.828.940,51

Ao confrontar a despesa empenhada com a liquidada e paga ficou evidenciado de Restos a Pagar Não Processados o montante de R\$ 65.980,96 e de Restos a Pagar Processado o montante de R\$ 2.935.983,46. Da despesa orçada restou um saldo orçamentário de R\$ 3.504.232,62;

3- EXECUÇÃO FINANCEIRA

Saldo do Exercício Anterior		26.218.775,95
(+) Ingressos no Exercício		103.045.056,35
Orçamentária	80.436.096,33	
Extraorçamentária	11.597.653,23	
Transf. Financeira Recebida	11.011.306,79	
(-) Dispêndios Efetuados		99.341.366,42
Orçamentária	76.830.904,63	
Extraorçamentária	11.499.155,00	
Transf. Financeira Concedida	11.011.306,79	
(=) Saldo em espécie p/ o Exercício Seguinte		29.922.465,88

Receita Orçamentária	80.436.096,33
Despesa Orçamentária Realizada	76.830.904,63
Superávit da Execução	3.605.191,70

Saldo do Exercício Anterior	26.218.775,95
(+) Receita Extraorçamentária	11.597.653,23
(+) Transferências Financeiras Recebidas	11.011.306,79
(-) Despesa Extraorçamentária	11.499.155,00
(-) Transferências Financeiras Concedidas	11.011.306,79
(=) Saldo Financeiro Extraorçamentário	26.317.274,18

Saldo Financeiro Extraorçamentário	26.317.274,18
(+) Superávit da Execução	3.605.191,70
(=) Saldo Financeiro para o Exercício Seguinte	29.922.465,88

A posição orçamentária e financeira mostra a existência de um Superávit de Execução da ordem de R\$ 3.605.191,70 e um saldo de disponibilidade financeira para o ano seguinte no total de R\$ 29.922.465,88. A análise vem deixar claro o que pareceu evidente no Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro da Prestação de Conta Anual de 2023.

4- MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

Restos a Pagar	Processados	Não Processados	Total Geral
Saldo do Exercício Anterior	2.988.496,45	88.689,44	3.077.185,89
Inscrição	2.935.983,46	65.980,96	3.001.964,42
Pagamentos	2.979.344,30	86.241,48	3.065.585,78
Cancelamentos	0,04	2.447,96	2.448,00
Saldo do Exercício Atual	2.945.135,57	65.980,96	3.011.116,53

5- DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES

Especificação	Saldo Ant..	Inscrição	Baixa	Encap.	Canc.	Saldo Atual
Consignações	454.522,00	8.054.881,96	7.897.554,09	0,00	46,30	611.803,57
Depósitos	14.713,30	20.810,18	20.761,58	0,00	0,00	14.761,90
TOTAL	469.235,30	8.075.692,14	7.918.315,67	0,00	0,00	626.565,47

O Demonstrativo da Dívida Flutuante evidencia um saldo de Restos a Pagar Processado de R\$ 2.945.135,57 e Restos a Pagar Não Processado de R\$ 65.980,96. Quanto aos Depósitos e Consignações encerrou com o saldo devedor de R\$ 626.565,47.

6 - GESTÃO PATRIMONIAL

6.1- VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Quociente do resultado das variações patrimoniais

<u>Variações Patrimoniais Aumentativas</u>	<u>Variações Patrimoniais Diminutivas</u>	<u>Resultado Patrimonial</u>
102.382.326,24	89.936.713,98	12.445.612,26

O resultado das variações patrimoniais indica um Superávit Patrimonial de R\$ 12.445.612,26.

6.2 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial constitui numa das importantes peças contábeis, pois evidencia a real situação do patrimônio da Entidade, constituído pelo conjunto de bens, direitos e obrigações, permitindo aferir desta forma a situação econômica e financeira do patrimônio público.

De modo a demonstrar a situação patrimonial do Município de Itaguaçu-ES, segue abaixo o quadro demonstrativo:

<u>ATIVO</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante	35.844.506,27	Circulante	6.091.261,98
Disponível	29.922.465,88	Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais	3.864.956,47
Caixa e Equivalente de Caixa	29.922.465,88	Fornecedores e Contas a Pagar	1.548.693,24
Créditos Tributários	5.368.622,94	Demais Obrigações a Curto Prazo	677.612,27
Estoque	527.005,57	Não Circulante	10.046.540,35
Demais Créditos	0,00	Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais	1.052.889,68
VPD Pagas Antecipadamente	26.411,88	Empréstimos e Financ. a Longo Prazo	499.737,37
Não Circulante	109.362.069,22	Provisões Matemáticas	8.493.913,30
Dívida Ativa	4.181.560,02	Patrimônio Líquido	129.068.773,16
(-) Ajustes de Perdas de Créditos à Longo Prazo	3.206.726,85		
Investimentos	2.621.308,43		
Imobilizado	105.765.927,62		
Bens Móveis	24.571.765,82		
Bens Imóveis	91.066.590,67		
(-) Depreciação Acumulada	9.786.741,14		

(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	85.687,73		
TOTAL	145.206.575,49		145.206.575,49

A análise do Balanço Patrimonial do Município de Itaguaçu mostra equilíbrio ao confrontar a disponibilidade financeira frente às obrigações em curto prazo. Ao longo prazo o Município registra um saldo de dívidas contraídas de parcelamento com o INSS no valor de R\$ 1.009.649,91, e de outros encargos sociais (Parcelamento PASEP) no valor de R\$ 43.239,77 bem como de provisões matemáticas no total de R\$ 8.493.913,30..

Para medir a situação financeira do Município à longo prazo, superior a 12 (doze) meses, passamos ao cálculo do Índice de Liquidez Geral, conforme segue:

$$LG = \frac{AC+RLP}{PC + PNC}$$

PC + PNC

O resultado apurado foi de R\$ 2,22 para cada R\$ 1,00 existente no passivo.

Do total de bens de consumo e permanente que transitaram pelo almoxarifado restou em 31/12/2023 um saldo em estoque de R\$ 527.005,57..

No que tange as incorporações e baixas dos bens patrimoniais, para conhecer com exatidão o saldo existente, foram analisadas as contas contábeis evidenciadas no Balancete de Verificação em que os Bens Móveis classificados na conta contábil 123100000000 registraram o valor de R\$ 24.571.765,82 e os Bens Imóveis classificados na conta contábil 123200000000 registraram o valor de R\$ 91.066.590,67 dos quais sofreram depreciação acumulada na ordem R\$ 9.786741,14.

O Município de Itaguaçu acumulou ao final do exercício de 2023 um resultado patrimonial de R\$ 129.068.773,16 referentes aos Bens incorporados ao Patrimônio Público.

6.3 - RESULTADO FINANCEIRO

6.3.1 - Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial

Especificação	Valor R\$
Ativo Financeiro	29.984.339,72
Passivo Financeiro	3.637.681,70
Resultado Financeiro apurado no Balanço Patrimonial	26.346.658,02
Recursos Não Vinculados	1.104.857,56
Recursos Vinculados	25.241.800,46
Resultado Financeiro por Fonte de Recursos	26.346.658,02

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resultou um Superávit Financeiro de R\$ 26.346.658,02, no qual se encontra distribuídos em suas respectivas fontes de recursos.

7- DEMONSTRATIVO DE GESTÃO FISCAL E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 – DÍVIDA PÚBLICA

Conforme estabelece a LRF, a dívida pública consolidada ou fundada corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito.

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, a Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzido o saldo relativo aos haveres financeiros (disponibilidade de caixa e demais haveres financeiros).

Quadro Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

Descrição	Valor R\$
Dívida Consolidada	1.509.387,28
Deduções	26.350.764,84
Dívida Consolidada Líquida	(24.841.377,56)
RCL	72.027.385,59
Transf. de Emendas Individuais (Art.. 166-A, § 1º da C.F.)	250.000,00
RECIETA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA	71.777.385,59
% da DC sobre a RCL	2,10
% da DCL sobre a RCL	(34,61)
Outros Valores Não Integrantes da DC	
Passivo Atuarial	8.493.913,30
Depósitos e Consignações em Contrapartida	0,00
Restos a Pagar Não Processados	65.980,66

Conforme evidencia o Anexo II (Demonstrativo da Dívida Consolidada) – Relatório Gestão Fiscal do segundo semestre de 2023, o Município de Itaguaçu deve ao INSS R\$ 1.009.649,91, proveniente de parcelamento de contribuições previdenciárias retidas e não recolhidas no prazo legal. Consolida também um passivo de curto prazo no valor de R\$ 65.980,66 e de longo prazo R\$ 4.893.913,30 proveniente de provisões matemáticas apurada através de cálculo atuarial.

7.2 - DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR

Ao final do exercício de 2023, o Município de Itaguaçu/ES, encerrou sua movimentação orçamentária e financeira apresentando uma disponibilidade de caixa líquida antes da inscrição em restos a pagar não processado do exercício no total de R\$ 26.350.764,84 e após a inscrição em restos a pagar não processado do exercício de R\$ 65.980,66, encerrou o exercício com disponibilidade financeira de R\$ 26.284.784,18, conforme segue:

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Líquida Antes da Inscrição de RPNP do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados no Exercício	Disponibilidade de Caixa Líquida Após a Inscrição de RPNP do Exercício
Recursos Não Vinculados	1.458.563,93	65.980,66	1.392.583,27
Recursos Vinculados	24.892.200,91	0,00	24.892.200,91
TOTAL	26.350.764,84	65.980,66	26.284.784,18

7.3- RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Receita Primária Total	78.257.750,22
Despesa Primária Total	75.988.326,54
Resultado Primário (Déficit)	2.269.423,68

A posição orçamentária da receita e despesa mostra um superávit primário da ordem de R\$ 2.269.423,68, isso indica claramente o equilíbrio das contas públicas.

7.4 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Valor Realizado	
	No Ano de Referência	Ate o Ano de Referência
Mobiliária	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	Valor	% sobre a RCL
Receita Corrente Líquida – (RCL)	72.027.385,59	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (§ 1º, Art. 166-A da C.F.)	250.000,00	
Receita Corrente Líquida Ajustada	71.777.385,59	
Total considerado para fins de apuração do cumprimento do limite	0,00	0,00
Limite definido por resolução do Senado Federal p/ Operações de Crédito Interna e Externas	11.484.381,69	16,00
Limite de Alerta	10.335.943,52	14,40
Limite definido por resolução do Senado Federal p/ Operações de Crédito por Antecipação da Receita	5.024.416,99	7,00

Orçamentária		
--------------	--	--

As informações contidas neste quadro têm por exclusivo objetivo a comprovação que o Município de Itaguaçu **NÃO** realizou Operação de Crédito junto a instituições financeiras no exercício de 2023.

8 - DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

8.1 - APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº. 29 de 13/09/20000 ficaram garantidos recursos mínimos a serem aplicados pelo Município nas ações e serviços públicos de saúde. A aplicação mínima exigida é de 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos e transferências a que se referem os artigos 156, 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

Receitas Resultantes de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	Receita Realizada
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	3.143.995,40
Receita Resultante de Impostos Predial e Territorial - IPTU	491.767,67
Receita Resultante de Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	300.224,09
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.475.746,81
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	876.256,83
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	38.921.119,61
Cota-Parte FPM	23.128.162,68
Cota-Parte ITR	13.337,39
Cota-Parte IPVA	1.196.086,96
Cota-Parte ICMS	14.074.933,40
Cota-Parte IPI-Exportação	157.487,91
Outras Transferências de Compensações Financeiras Provenientes de Imp. e Transferências Constitucionais	351.111,27
Total das Receitas p/ Apuração da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde	42.065.115,01

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde por Sub Função Computadas no Cálculo do Mínimo	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Atenção Básica	702.841,41	702.841,41	599.674,67
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.617.391,13	3.617.391,13	3.464.880,72
Suporte Profilático e Terapêutico	393.358,77	393.358,77	389.536,55
Vigilância Sanitária	105.447,65	105.447,65	92.173,13
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	2.501.916,69	2.501.916,69	2.434.597,81
TOTAL	7.320.955,65	7.320.955,65	6.980.862,88
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a Ser Aplicada	1.011.188,40	1.011.188,40	671.095,63
Percentual da Receita de Impostos e	17,40%	17,40%	16,59%

Transferências Constitucionais e Legais Aplicados em ASPS (Lei nº. 141/2012)			
---	--	--	--

O Fundo de Saúde de Itaguaçu segue o limite mínimo obrigatório constitucional que é de 15% no qual representa o montante de R\$ 6.309.767,25 sobre os recursos de impostos e transferências constitucionais arrecadados, entretanto a despesa realizada LIQUIDADA atingiu o montante de R\$ 7.320.955,65, ou seja, aplicou percentual real de 17,40%, perfazendo um superávit de aplicação de R\$ 1.011.188,40.

8.2- APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Receitas Resultantes de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	Receita Realizada
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	3.143.995,40
Receita Resultante de Impostos Predial e Territorial - IPTU	491.767,67
Receita Resultante de Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	300.224,09
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.475.746,81
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	876.256,83
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	40.935.985,56
Cota-Parte FPM	25.143.028,63
Cota-Parte ITR	13.337,39
Cota-Parte IPVA	1.196.086,96
Cota-Parte ICMS	14.074.933,40
Cota-Parte IPI-Exportação	157.487,91
Compensações Financeiras Provenientes de Transferências Constitucionais	351.111,27
Total das Receitas p/ Apuração da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.	44.079.980,96

Transferências de Recursos do FUNDEB	9.189.491,03
Aplicação Financeira do FUNDEB	35.532,26
Soma	9.225.023,29

Valor Efetivamente gastos com profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	6.517.216,64
Percentual Efetivamente Aplicado com Profissionais do Magistério	70,65%

Mínimo de 25% das Receitas Resultantes de Impostos e Transf. em MDE	11.180.812,65
Percentual Efetivamente Aplicado na Educação (Art. 212 CF.).	25,36%

O demonstrativo de Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino à Conta dos Recursos Livres e dos Vinculados evidencia que para um total de Receitas na ordem de R\$ 44.079.980,96, foram aplicados 11.180.812,65, representando um percentual de 25,36 % (vinte e cinco, vírgula trinta e seis por cento), superando o mínimo estabelecido pelo artigo 212 da Constituição Federal.

Com os profissionais da educação básica em efetivo exercício de suas funções foram aplicados dos recursos provenientes do FUNDEB e das aplicações financeiras 70,65%.

8.3 - DESPESAS COM PESSOAL

DESPESA COM PESSOAL	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO
DESPESA BRUTA COM PESSOAL	31.978.966,53	1.560.014,41
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	23.323.018,36	1.244.777,36
Obrigações Patronais	7.230.126,93	262.997,05
Inscrito em Restos a Pagar Processado		52.240,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS	31,70	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	31.978.934,83	1.560.014,41
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	69.585.742,18	
PERCENTUAL DA DESPESA COM PESSOAL SOBRE A RCL	45,96%	2,24%

A Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, estabelece em seu artigo 20, inciso III, alínea “b,” que os gastos com pessoal do Poder Executivo não poderá exceder em 54,00% (cinquenta e quatro por cento) da Receita Corrente Líquida, entretanto o Município aplicou 45,96% (quarenta e cinco vírgula noventa e seis por cento) ficando abaixo do limite prudencial de 51,30%, de modo que o Poder Executivo **cumpriu** a norma contida no artigo 20, III “b” da Lei Complementar nº. 101/2000.

O Poder Legislativo gastou com pessoal 2,24% (dois vírgula vinte e quatro por cento) da Receita Corrente Líquida, **cumprindo** a norma contida no artigo 20, III, “a” da Lei Complementar nº. 101/2000.

8.4 – REPASSE DUODÉCIMO À CÂMARA MUNICIPAL

Receita Tributária e Transferências Constitucionais do Exercício Anterior	Valor R\$
RECEITA TOTAL	43.514.605,26
Valor a Transferir conforme Art. 29-A C.F (7,00%)	3.046.022,37
Valor Orçado	2.800.000,00
Valor Repassado na forma de Duodécimo -Art. 29-A da C.F.	3.046.022,37
Despesa Realizada pelo Poder Legislativo	2.830.049,34
Valor Aplicado a Menor (Saldo Orçamentário)	215.973,03

O montante repassado ao Poder Legislativo foi da ordem de R\$ 3.046.022,37, representando 7,00% da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e artigos 158 e 159 da

Constituição Federal, arrecadadas no exercício anterior que foi de R\$ 43.514.605,26, conforme disposto no Art. 29-A da C.F. Do valor repassado a Câmara foi gasto o total de R\$ 2.830.049,34, restando um saldo financeiro no montante de R\$ 215.973,03.

Os recursos definidos pela EC 25/2000 foram repassados fielmente até o vigésimo dia do mês, conforme estabelecido no Artigo 29-A, § 2º, “II”. – Segue abaixo a relação dos pagamentos efetuados:

Data	Conta Bancária	Valor R\$
17/01/2023	89006-5 - FPM	233.333,37
14/02/2023	89006-5 - FPM	233.333,33
20/03/2023	3071534-ICSM	233.333,33
19/04/2023	89006-5 - FPM	233.333,33
12/05/2023	89006-5 - FPM	233.333,33
15/06/2023	89006-5 - FPM	233.333,33
12/07/2023	89006-5 - FPM	233.333,33
11/08/2023	89006-5 - FPM	294.838,92
18/09/2023	89006-5 - FPM	294.838,92
18/10/2023	89006-5 - FPM	294.838,92
16/11/2023	89006-5 - FPM	294.838,93
15/12/2023	89006-5 - FPM	233.333,33
TOTAL		3.046.022,37

8.5 – DESPESA COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Repasse recebido do Poder Legislativo	Despesa com Folha de Pagamento	%
3.046.022,37	1.560.014,41	51,21%

O montante da despesa com folha de pagamento, incluindo os vencimentos e encargos sociais, foi da ordem de R\$ 1.560.014,41, representando 51,21 % da receita total recebida pelo Poder Legislativo, na forma estabelecida no artigo 29-A, § 1º da Constituição Federal.

9 - RENÚNCIA DE RECEITAS.

O Gestor não realizou nenhum ato que concedesse incentivos ou benefícios de natureza tributária, financeira e crediária para os cidadãos do Município, de modo não haver riscos que possam afetar o equilíbrio das contas públicas.

10 – GASTOS COM PUBLICIDADE

O Município de Itaguaçu não apresentou no seu quadro de despesas nenhum gasto realizado com atos de publicidade durante o exercício financeiro de 2023.

11- PRECATÓRIOS:

Não há registro de precatórios recebidos pelo Município de Itaguaçu, conforme dispõe o Artigo 100 da Constituição Federal, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de 2022, a ser pago no exercício financeiro de 2023.

Município de Itaguaçu-ES, 21 de março de 2024.

UESLEY ROQUE CORTELETTI THON

PREFEITO MUNICIPAL